



**UEPB**

Universidade  
Estadual da Paraíba

**CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC  
CAMPUS I  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**ANA CATARINA DE OLIVEIRA SILVA**

**O DISCURSO ACERCA DE DEMOCRACIA NO PROCESSO DE  
RECONSTRUÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE  
PEDAGOGIA DA UEPB/*CAMPUS I***

**CAMPINA GRANDE – PB  
JUNHO - 2018**

**ANA CATARINA DE OLIVEIRA SILVA**

**O DISCURSO ACERCA DE DEMOCRACIA NO PROCESSO DE  
RECONSTRUÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE  
PEDAGOGIA DA UEPB/*CAMPUS I***

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Francisca Pereira Salvino.

**CAMPINA GRANDE – PB  
JUNHO - 2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586d Silva, Ana Catarina de Oliveira.

O Discurso acerca de democracia no processo de reconstrução do projeto pedagógico do curso de pedagogia da UEPB/Campus I [manuscrito] : / Ana Catarina de Oliveira Silva. - 2018.

33 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2018.

"Orientação : Profa. Dra. Francisca Pereira Salvino, Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."

1. Democracia. 2. Pedagogia - Curso. 3. Projeto pedagógico. 4. Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. 5. Discurso.

21. ed. CDD 321.8

ANA CATARINA DE OLIVEIRA SILVA

**O DISCURSO ACERCA DE DEMOCRACIA NO PROCESSO DE  
RECONSTRUÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE  
PEDAGOGIA DA UEPB/CAMPUS I**

Trabalho apresentado à Universidade Estadual da  
Paraíba como requisito para obtenção do título de  
Licenciatura em Pedagogia.

Nota: 10,0

Data da aprovação: 26/06/2018

**BANCA EXAMINADORA:**

Francisca Pereira Salvino

Profª Drª Francisca Pereira Salvino  
Orientadora

Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha

Profª. Drª Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha  
Examinadora 1

Maria das Graças Ferreira de Lima

Profª Ms. Maria das Graças Ferreira de Lima  
Examinadora 2

A democracia não pretende criar santos, mas fazer justiça.  
(Paulo Freire)



## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus, por mais uma etapa concluída, que não me deixou falhar e nem desistir.

Agradeço à minha mãe, Ana Patrícia, e ao meu pai, Luciano, que me apoiaram a cada nova decisão, assim como a meus irmãos, Rafael e Carolina, que estão sempre comigo.

Agradeço ao meu namorado, Lucas, que me apoiou de forma especial e carinhosa dando-me força, coragem nos momentos de dificuldades.

Agradeço à minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Francisca, que me ajudou a crescer cada vez mais com as pesquisas na área de currículo, por toda paciência e preocupação.

Aos meus amigos desde a infância e aos que conquistei na universidade, que me acolheram a cada novo desafio.

A Keine, que me acolheu durante um longo período na universidade, sendo amigo e oferecendo sempre ajuda.

Aos meus pais, pela dedicação, companheirismo e amizade, DEDICO.



## **LISTA DE QUADROS E TABELAS**

**Quadro 1** – Docentes participantes da pesquisa

**Quadro 2** – Renda familiar de estudantes da UEPB até 2016

**Quadro 3** – Importância da reconstrução do projeto pedagógico do curso (ppc)

**Quadro 4** – Significados de democracia na percepção de professoras

**Tabela 1** – Remuneração de Professores concursados e outros

## **LISTA DE SIGLAS**

- UEPB** – Universidade Estadual da Paraíba
- PIBIC** – Programa de Iniciação Científica
- NDE** – Núcleo Docente Estruturante
- PPP** – Projeto Político Pedagógico
- CNE** – Conselho Nacional de Educação
- CIAC** – Centro de Integração Acadêmica
- CEDUC** – Centro de Educação
- PROGRAD** – Pró-Reitoria de Graduação
- PPC** – Projeto Pedagógico do Curso
- CA** – Centro Acadêmico
- CONAE** – Conferência Nacional de Educação

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1</b>	<b>DEMOCRACIA .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS, CAMPO EMPÍRICO E SUJEITOS DA PESQUISA .....</b>	<b>16</b>
<b>3</b>	<b>A RECONSTRUÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO .....</b>	<b>23</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>29</b>
<b>5</b>	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>31</b>

SILVA, Ana Catarina de Oliveira. **O Discurso acerca de Democracia no Processo de Reconstrução do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da UEPB/Campus I**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Licenciatura em Pedagogia. Centro de Educação. Universidade Estadual da Paraíba, 2018.

## RESUMO

O presente artigo objetiva analisar discursos acerca de democracia, adotados por docentes no processo de reconstrução do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/*campus* I), localizada em Campina Grande-PB. O trabalho consiste em um estudo de caso com recurso de aplicação de questionário semiestruturado e análise documental, que adota como referência teórica MARQUES (2005) e CASTELLS (1942), abordando aspectos sobre a democracia no processo de reconstrução. Concluiu-se que os docentes afirmam que houve um processo democrático na reconstrução do PPC, porém não houve estratégias para a inclusão dos discentes em tal processo.

**Palavras-chave:** Democracia. Docentes. Discurso. Projeto Pedagógico do Curso.

## INTRODUÇÃO

A necessidade de reconstrução da Proposta Curricular do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/*campus* I), segundo Salvino e Macêdo (2016), foi motivada pelos seguintes fatores: mudanças das demandas sociais e educacionais; renovação do reconhecimento do curso; nova configuração do mundo do trabalho; agravamento de problemas sociais; mudanças no perfil de discentes e docentes nos níveis de Educação Básica e Superior, bem como o fim da vigência do atual Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Pedagogia (UEPB/*campus* I), aprovado em 2009<sup>1</sup>; e ainda, mudanças no perfil dos professores da Instituição, seja pela contratação de novos profissionais, sejam pelas mudanças nas perspectivas teórico-metodológicas em função de estudos e/ou cursos de pós-graduação.

Destaca-se dentre essas mudanças, a necessidade e/ou o desejo de uma gestão democrática em meio às relações e processos educativos e curriculares que acompanham as políticas educacionais em todos os níveis.

Nessa perspectiva, a equipe de profissionais do referido curso dedicou-se à

---

<sup>1</sup> Pelas recomendações da CONAES os PPC devem ser atualizados a cada 5 anos de vigência.

reconstrução do seu PPC nos anos de 2014 a 2016, tendo, como uma das suas primeiras atividades, a composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE), por um grupo de cinco professores responsáveis por coordenar o processo. Esse grupo foi presidido pela Professora Francisca Pereira Salvino no período de março de 2014 a agosto de 2016. A mesma coordenou também a pesquisa da qual resulta este artigo e da qual fez parte como colaboradora.

A pesquisa foi realizada no período de um ano, compreendido entre agosto de 2015 a agosto de 2016, através do Programa de Iniciação Científica (PIBIC) da UEPB, e foi intitulada como “Currículo de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/*campus* I, de Campina Grande): desconstrução/reconstrução de significados”, tendo como procedimento metodológico o estudo de caso com recurso de questionário, uma vez que as participantes não aceitaram conceder entrevistas, conforme previa o projeto da pesquisa.

O artigo tem como objetivo analisar significados de democracia circulantes durante o processo de reconstrução do PPC de Pedagogia da UEPB/*Campus* I, Campina Grande/PB, destacando a percepção de docentes durante o processo, consistindo numa abordagem qualitativa, tomando como referência teóricos como Manent (1990), Marques (2005) e Castells (1942).

O presente trabalho está estruturado em três seções. Na primeira, abordam-se alguns significados de democracia, considerando-os como um dos ideais iluministas. Na segunda, enfatizam-se os procedimentos metodológicos da pesquisa, o campo empírico e os sujeitos que dela participaram. Na terceira, aborda-se o discurso sobre o processo de reconstrução do Projeto Pedagógico do Curso, procurando responder se o processo de reconstrução do referido PPC ocorreu de forma democrática ou não.

## 1 DEMOCRACIA

Para entender os amplos significados do termo democracia, é necessário compreender que este é polissêmico, que diz respeito às formas de governo construídas a partir de ideais burgueses, tais como liberdade, igualdade e participação popular. Discursos, proposições, promessas e experiências em torno de governos democráticos tornaram-se marcas das sociedades ocidentais modernas, de modo que passaram a permear o ideário de diversas sociedades e povos.

Assim, até os governos tidos como autoritários se dizem democráticos, muitas vezes, justificando práticas de desrespeito aos direitos humanos como sendo em defesa e benefício do povo ou da maioria da população, o que seria um princípio basilar da democracia moderna. Como afirma Ximenes (2011, p. 268), democracia significa “governo exercido pelo povo; doutrina ou regime político baseado na constituição dos poderes governamentais e legislativo por meio do voto popular”.

Embora bastante presente nas sociedades modernas, a ideia de democracia remonta à antiguidade grega de onde vem sua etimologia: *demo* (povo) e *cracia* (*poder*), ou seja, poder do povo ou governo cujo poder emana do povo. Todavia, já nesse contexto, o termo surge envolto em contradições, uma vez que, nele “o povo” era caracterizado pelos homens brancos, livres, nascidos e criados na Grécia, filhos de mães e pais gregos, não deficientes, maiores de 18 anos de idade e proprietários, excluindo-se portanto, mulheres, crianças, servos, escravos, estrangeiros, presos e não proprietários.

Considerando-se esse seletivo e restrito grupo como portador do direito à cidadania, podemos entender que, realmente, o poder de decisão era exercido pelo “povo”, que resolvia os problemas encontrados na e pela sociedade, tomando as decisões em assembleias públicas que respeitavam a vontade da maioria dos seus participantes. Apesar de seletiva, excludente e restritiva, a experiência grega é a base para se pensar e construir formas de governo em que a participação do povo, direta ou indiretamente nas decisões e a liberdade são condições fundamentais às organizações societárias modernas, que mesmo não se constituindo em modelos ideais e nem sempre democráticos, colocaram em foco a necessidade de garantia de direitos humanos para todos os cidadãos. Direitos estes que vão desde acesso aos bens necessários à sobrevivência (alimento, moradia, assistência médico-hospitalar, dentre outros), aos bens artísticos e culturais e aos direitos políticos,

como por exemplo, votar para eleger representantes, candidatar-se, participar de processos e movimentos reivindicatórios e decisórios.

Nesse sentido, a ideia de democracia se associa ao surgimento do capitalismo e da constituição do Estado de direito, que formou-se a partir do século XVI. O Capitalismo teve início na Europa, tendo suas características apresentadas desde o declínio do feudalismo, com as mudanças nos aspectos econômicos, sociais, políticos, científicos, artísticos e culturais, promovendo o fortalecimento das cidades, do comércio e da indústria e gerando novas formas de organização das sociedades e dos governos.

Nesse cenário, a burguesia em ascensão propugnava ideais de liberdade, igualdade e fraternidade a todos os cidadãos, porém, para enfraquecer a nobreza e o clero, a burguesia associou-se às monarquias, favorecendo o absolutismo, o que caracteriza-se como uma contradição aos ideais democráticos.

A evolução do capitalismo contribuiu para as mudanças relativas às pretensões, anseios e práticas democratizantes. Sua primeira fase é caracterizada pelo capitalismo mercantil ou comercial, que vai do século XVI ao XVIII, gerando acúmulo de riqueza através da compra e venda de mercadorias (matéria prima, especiarias, animais, armas, tecidos, pedras preciosas, dentre outras).

Segundo pesquisadores do Grupo Virtuous (2015), essa fase necessitava da construção de um ideário político, pautado em três princípios, a saber: a) Republicano, que era caracterizado como o bem comum; b) Democrático, que dá o poder soberano ao povo; c) Estado de Direito, quando limita todos os poderes e os submete aos princípios do sistema universal de direitos humanos.

Pensadores como Thomas Hobbes e John Lock (*apud* MANENT, 1990, p.178) fizeram representações a respeito da democracia, afirmando que “homens livres e iguais fundam uma sociedade, responsabilizando-se pela ordem nas ordens sociopolíticas”. Manent lembra, também, que nem sempre estes teóricos defendiam a democracia como a melhor forma de governar. Hobbes, por exemplo, admitia a existência de três formas de governo, que eram a monarquia, a aristocracia e a democracia, porém ele comungava com a monarquia, pois acreditava que as pessoas só tinham interesse de defender suas próprias vontades e não o bem comum.

Na segunda fase do capitalismo, caracterizada pelas Revoluções Industriais, a riqueza derivava-se do comércio e da produção industrializada, realizados

prioritariamente nos centros urbanos. Esse modelo de organização fortaleceu e impôs a regulação das relações sociais através de contratos sociais, não mais firmados oralmente, mas escriturados com amparo de leis e reforçados com presença de testemunhas. A Revolução Industrial deu-se em três fases. A primeira ocorreu, a princípio, na Inglaterra e estendeu-se pelo continente europeu, no século XVIII, caracterizando-se pelo comércio têxtil do algodão e, em seguida, pela produção do aço através das siderúrgicas.

A segunda fase da revolução começa em meados do século XX, voltando-se para os âmbitos da metalurgia e da química, quando Henri Ford (1920), caracterizando o modelo fordista, cria/assume uma linha de montagem e produção nas suas fábricas de automóveis, que ficaram conhecidas pela produção em larga escala, em série e com mão-de-obra especializada, marcando uma nova divisão do trabalho, altamente regulada por supervisores, diretores e planejadores. Essa nova organização do trabalho teve como fundamento a teoria de administração desenvolvida por Frederick Taylor. A terceira fase teve início nos anos de 1970, sendo caracterizada pelo Toyotismo, elaborado pelos japoneses, pautado em especialistas multifuncionais e no trabalho em equipe, em oposição ao trabalho especializado e fragmentado do taylorismo.

Essas fases do capitalismo são importantes para compreender os significados da democracia, uma vez que, a partir e em função deles, formas de governo são organizadas, bem como são adotadas estratégias para regulação das populações, possibilitando-lhes mais ou menos participação nas decisões políticas, a depender da capacidade da coerção dos grupos dirigentes e da mobilização da população na luta por participação política.

A Democracia Liberal foi adotada na França e nos Estados Unidos no final do século XVIII, ao fim da queda do Absolutismo, favorecendo a Constituição de governos republicanos. Alguns dos aspectos que caracterizam a democracia liberal são: a intervenção mínima do Estado sobre a economia; a garantia dos direitos individuais, difundindo a ideia de que nenhuma pessoa pode ser superior às leis; valorização de capacidades e desenvolvimento de cada pessoa, pois desta forma, todos os indivíduos vão, enquanto conjunto, ganhar mais força; sufrágio universal e liberdade de expressão. Porém, para chegar a essa categoria, faz-se necessário que cada pessoa atinja um nível alto de educação, assim como de bases políticas que vão guiar cada indivíduo a partir de valores éticos, morais e de liberdade.



Após a Segunda Guerra Mundial, o estado de “guerra fria” entre os blocos econômicos socialistas e capitalistas marcou uma nova perspectiva de democracia. Assim, o bloco de países que formavam a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), pautado nos ideais marxistas de sociedade igualitária, procurou executar um modelo de economia planificada e altamente regulada pelo governo. Nessa perspectiva, a ideia de democracia estava associada à ascensão da classe trabalhadora e à garantia de direitos básicos, tais como alimentação, moradia e escola. A Democracia, então, passa a ser entendida como garantia desses direitos e não como direito à participação política fora dos ditames dos governos. A partir dos ideais de Karl Marx, os líderes da revolução socialista defendiam a necessidade de eliminação da classe proprietária/dominante e a instauração da “ditadura do proletariado”.

No viés socialista-marxista, a crítica coloca em evidência as desigualdades de direito e de oportunidades geradas pelo capitalismo, a competitividade e a exploração do trabalho assalariado, que deturpam os sentidos de democracia. Para essa vertente, a verdadeira democracia encontra-se condicionada à igualdade de direitos e à distribuição igualitária de riquezas, o que a iniciativa privada seria incapaz de garantir, uma vez que, esta privilegia o lucro e o enriquecimento individual.

A partir da década de 1990 e do declínio da URSS, surgem várias interpretações acerca do Socialismo Democrático, nas quais “o termo faz oposição a correntes autoritárias do socialismo. Tomemos como exemplo o fato de que o Socialismo Democrático é contrário aos movimentos totalitários que apoiaram a URSS e a China” (GASPARETTO JÚNIOR, 2011, p. 1). O autor defende ainda que é um conceito utilizado para enfatizar o caráter democrático de movimentos e organizações socialistas, sendo o Socialismo decorrente de movimentos operários ocorridos durante o século XIX, contrários ao capitalismo que é caracterizado por desigualdades sociais, acúmulo desequilibrado das riquezas produzidas pela sociedade, exploração da classe trabalhadora, injustiças sociais diversas.

O socialismo prometia, então, distribuição equilibrada tanto das riquezas como das propriedades, como forma de justiça para todos os cidadãos. Todavia, no socialismo real isto não se evidenciou a contento, inclusive tendo este se constituído em longas ditaduras em diversos países, que desvirtuaram sobremaneira os direitos humanos atinentes aos direitos políticos e à liberdade de expressão, sob alegação

de beneficiar a classe trabalhadora.

O surgimento de mecanismos de controle decorrentes do confronto entre capitalismo/Estado Liberal e socialismo/economia planificada e da pressão exercida pelo socialismo, resultou no modelo do Estado de Bem-Estar Social em diversos países da Europa e da América do Norte, através do qual, as populações alcançaram melhores níveis de qualidade de vida e de proteção aos direitos individuais, bem como limitaram-se as ações dos governos liberais. No entanto, com a retomada do liberalismo a partir da década de 1990 e com os processos de globalização, os Estados assumem uma nova configuração e uma nova postura frente aos direitos sociais, configurando o que se convencionou denominar de Estado Neoliberal.

Neste, a democracia ganha novo significado. Enquanto no socialismo a democracia é pensada a partir da oposição entre público/privado e da prevalência da intervenção do governo sobre a economia e o mercado, no neoliberalismo ela é pensada a partir da parceria público-privado e do recrudescimento da lógica de funcionamento do mercado.

No que diz respeito às esferas “público-privadas” podemos definir o patrimonialismo, destacando-o a partir do momento em que um líder é designado a assumir um cargo na esfera pública e utiliza-se de mecanismos de controle para satisfazer as suas necessidades privadas com recursos públicos.

Para Mouffe (apud MARQUES, 2005, p. 17), a democracia é “uma conquista frágil que deve ser defendida e aprofundada”. Frágil, pois o poder da democracia limita-se à esfera política, baseando-se apenas em colocar ou retirar do governo quem lhe aprouver. Dessa forma, em se tratando do Brasil, podemos considerar que a democracia seja frágil por não ser seguida à risca, bem como deveria. Decorrente do patrimonialismo, temos o exemplo dos inúmeros casos de corrupção no parlamento; a mistura entre religião e política, pondo em risco a característica laica da República e, claro, as mídias mais vistas, quando escolhem seus partidos para apoiar.

De acordo com os recentes acontecimentos ocorridos no Brasil, podemos evidenciar o poder que as mídias possuem sobre as pessoas, sendo importante afirmar que

Os meios de comunicação mantinham relativa autonomia em relação

ao poder político, os atores políticos acabam tendo que obedecer às regras e sujeitar-se aos recursos tecnológicos e interesses da mídia. (...) Em um mundo cada vez mais saturado de informações, as mensagens mais eficientes são também as mais simples e mais ambivalentes, de modo a permitir que as pessoas arrisquem suas próprias projeções (CASTELLS, 1992, p. 370).

Percebemos, então, que através dos meios de comunicação, a população se expressa mais seguramente, por não ter medo das consequências físicas que podem ser causadas por seus atos e, por vezes, tais manifestações podem aparecer de forma anônima, deixando as pessoas ainda mais confortáveis para se expressar.

Mediante a problemática, para que nossa sociedade seja verdadeiramente democrática, é necessário extirpar o patrimonialismo e a corrupção da gestão pública; priorizar o bem comum da sociedade em detrimento de interesses particulares de natureza religiosa, ideológica e político-partidária. Além disso, seus membros devem ser mutuamente solidários, de forma que possuam o mesmo compromisso para manter a igualdade política. Vale destacar que o poder político é e tem que continuar sendo um método para beneficiar o povo.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS, CAMPO EMPÍRICO E SUJEITOS DA PESQUISA.**

Para realizar a presente pesquisa, escolhemos o estudo de caso, uma vez que este é um método qualitativo que tem como característica aprofundar-se e contribuir para a compreensão de aspectos individuais. Poderemos, então, compreender as decisões que foram tomadas por um determinado indivíduo. Yin (*apud* OLIVEIRA, 2001) revela que o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa para compreender as maneiras utilizadas para auxiliar e fazendo com que englobe as abordagens específicas de coletas e análise de dados, possibilitando a utilização de técnicas qualitativas e quantitativas numa perspectiva de complementaridade e não de oposição.

Para Oliveira (2001), o estudo de caso tenta determinar ou busca testar as teorias, baseando-se em entrevistas, para encontrar soluções para um problema pré-definido, promovendo o raciocínio crítico e argumentativo de quem está trabalhando.

Com essa pretensão, nossa pesquisa seguiu as seguintes etapas: 1) Análise de documentos do Curso, da Conferência Nacional de Educação (CONAE) e do Conselho Estadual de Educação (CEE) dentre outros; 2) Observação e registro de atividades (reuniões e assembleias) realizadas pelo Departamento de Educação e pelo NDE de Pedagogia/UEPB/*campus* I no primeiro semestre de 2016, sendo estas voltadas à discussão, orientação e elaboração do PPC; 3) Aplicação de questionário a docentes envolvidos com esse processo e a outros docentes do curso; 4) Sistematização e análise do material empírico; 5) Elaboração de relatórios parciais e de um final para o Programa de Iniciação Científica da UEPB e outras publicações.

Na proposta inicial, uma das técnicas de coleta de dados seria a entrevista e, na sua impossibilidade, o questionário. Para isto, foram enviados convites a todos os docentes do curso por meio de e-mail, enquanto os discentes foram convidados pessoalmente. Todavia, nenhum docente ou discente aceitou conceder entrevista. Portanto, foram aplicados apenas questionários aos seguintes participantes: a coordenadora da PROGRAD; uma representante do NDE; quatro professoras de Pedagogia/UEPB/*campus* I; 20 estudantes do referido curso dos turnos diurno (manhã) e noturno. Neste artigo analisaremos apenas relatos de docentes. Resultados acerca das duas categorias (docentes e discentes) já foram publicados em Salvino e Macêdo (2016) e Salvino (2017). Entretanto, pela riqueza e abundância dos dados aos quais a pesquisa resultou, várias outras análises podem ser publicadas, razão pela qual envidamos esforços nesta perspectiva.

O Curso de Pedagogia como campo empírico surgiu da reformulação das Faculdades de Filosofia, na década de 1960, e começou a funcionar em 1969, fundamentado teoricamente pela corrente técnico-administrativa. Teve seu funcionamento autorizado pela Resolução 36/1971 do Conselho Estadual de Educação, e sua organização curricular obedecia à Resolução 02/1969 do Conselho Federal de Educação, conforme consta no Projeto Político Pedagógico (PARAÍBA, 2009).

No decorrer desse período, o curso sofreu várias modificações, sendo as mais recentes instituídas com a aprovação do projeto pedagógico de 2009, quando foram extintas as habilitações de Supervisão Escolar e Orientações Educacionais, seguindo determinações do Conselho Nacional de Educação (CNE), expressas pela Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006 (BRASIL, 2006). O curso destina-

se então à formação de docentes para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, bem como à formação de profissionais para atuarem na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino e na gestão pedagógica (BRASIL, 2006).

Integrado ao Centro de Educação da UEPB/*campus* I, o curso de Pedagogia está vinculado ao Departamento de Educação, funcionando no Centro de Integração Acadêmica (CIAC), localizado no bairro de Bodocongó, nos horários diurno e noturno. O curso possui de dez salas de aula; uma sala onde funcionam chefia e secretaria do Departamento, coordenação e secretaria do curso; seis salas de grupos de pesquisa; um laboratório de informática e dispostas na instituição três bibliotecas (duas na CIAC e uma na Reitoria), sendo uma central e duas setoriais (Centro de Educação-CEDUC); quatro auditórios, sendo um central e três setoriais (CEDUC).

Segundo os/as estudantes e as professoras que participaram da auto avaliação<sup>2</sup> do curso (UEPB, 2015), as salas são amplas e iluminadas, porém, a acústica é muito ruim, com interferências dos sons dos corredores e dos auditórios. Há salas em que os retroprojetores não funcionam ou têm as projeções prejudicadas devido ao excesso de luminosidade, os computadores são insuficientes para o número de alunos; os equipamentos são quebrados e lentos; as salas de informática e outros ambientes para outras atividades acadêmicas precisam ser melhorados e ampliados. As lanchonetes ficam em local inadequado e distante das salas de aulas; os bancos disponíveis para acento são insuficientes, desconfortáveis e alguns estão ao relento; os espaços de convivência são raros; as copiadoras e livrarias são inadequadas; faltam livrarias; faltam espaços para atividades artísticas. Faltam produtos de higiene; falta manutenção; a limpeza é feita frequentemente em horários inadequados; falta conservação do espaço por parte dos alunos; a quantidade de banheiros é insuficiente; a estrutura física é ruim. Com essas dificuldades, o ambiente universitário torna-se exaustivo, por não possibilitar acesso de entrosamento entre os estudantes, assim como os acessos para os sanitários, as copiadoras e lanchonetes são prejudicados pela distância e o mal projeto do prédio.

Segundo os resultados da auto avaliação, o prédio do CIAC foi mal projetado e

---

<sup>2</sup> O NDE organizou uma auto avaliação *on line*, da qual participaram 306 estudantes e 13 professoras do curso nos meses de outubro e novembro de 2014. Os dados foram sistematizados por meio de curso de extensão do qual participaram 11 estudantes e 4 professoras nos meses de abril e maio de 2016.

apresenta muitos problemas que dificultam a acessibilidade, tais como, rampas excessivamente longas, falta de elevadores e uma plataforma elevatória, cujo uso é limitado à pessoas com deficiência<sup>3</sup>, que frequentemente apresenta defeitos técnicos, tendo seu funcionamento interrompido amais de três anos. Além disso, as salas de aulas e auditórios são mal localizados, dificultando a acessibilidade e propiciando o aumento do barulho em horário de aulas.

O Departamento de Educação, representado pelo curso de Pedagogia, funciona com um chefe de Departamento e um adjunto; uma coordenadora de curso e uma adjunta; duas secretárias de Departamento e uma de curso; trinta e cinco professoras efetivas e quatro professores igualmente efetivos; seis professores substitutos, sendo dois do sexo feminino. Dos/as quarenta e cinco professores/as, quatorze são mestres (32%), vinte e cinco são doutores/as (58 %) e quatro estão cursando doutorado (10%).

Diante dos dados, percebemos que a maior parte de docentes do Departamento é do sexo feminino, assim como o maior número de estudantes, dados estes recolhidos após a eleição que ocorreu no ano de 2016, data da reconstrução e publicação do PPC vigente do curso. Ocorreram mudanças no quadro de profissionais no departamento de Pedagogia<sup>4</sup>, dentre elas houve um crescimento na quantidade de professores substitutos, ocasionado pelas aposentadorias de sete profissionais, assim como pelo afastamento de professores que estão cursando doutorado, havendo aqueles que já o concluíram, reingressando ao quadro de profissionais da instituição. Além disso houve o falecimento de uma das profissionais docentes. Há também três profissionais surdos no Departamento. Um deles possui apenas graduação, enquanto o outro possui uma especialização.

Essa predominância do sexo feminino é comum nos cursos de Pedagogia, na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Sobre este aspecto, Louro (1997) destaca em seu texto “Mulheres na sala de aula” que no começo do século XX o magistério torna-se “trabalho para mulher”, com a justificativa de que:

As mulheres tinham, por natureza, uma inclinação para o trato com as crianças, que elas eram as primeiras e naturais educadoras, portanto, nada mais adequado do que lhes confiar a educação escolar dos pequenos. Para tanto, seria importante que o magistério

---

<sup>3</sup> Há mais deficientes frequentando a instituição atualmente.

<sup>4</sup> Dados cedidos pela Secretaria do Curso de Pedagogia.

fosse também representado como uma atividade de amor, de entrega e doação. A ele acorreriam aquelas que tivessem vocação. (LOURO, 1997, 443-481)

Para definição dos sujeitos da pesquisa, foram enviados convites pela Professora Dra. Francisca Pereira Salvino, orientadora deste trabalho, através de e-mail para todos/as os/as docentes do Departamento de Educação, informando sobre a pesquisa e convidando-os a conceder entrevista ou responder questionário, enviado em anexo. Nenhum dos/as docentes se propôs a conceder entrevista e apenas sete professoras responderam ao questionário, e serão identificadas conforme o Quadro 1 a seguir:

SUJEITO	FUNÇÃO NA QUE EXERCE NA UEPB.	TEMPO DE EXERCÍCIO NA FUNÇÃO	FORMAÇÃO
<b>COORDENADOR DA PROGRAD</b>	Professora Coordenadora PROGRAD	08 anos	Graduação em Biologia; Mestrado em Genética e Educação; Doutorado em Genética e Educação
<b>REPRESENTANTE NDE</b>	Chefe do departamento	02 anos	Mestrado em Educação (98 – 01); Doutorado em Educação (08 – 12)
<b>PROFESSORA 01</b>	Professora	03 anos	Mestrado em Educação (98 – 01); Doutorado em Educação (08 – 12)
<b>PROFESSORA 02</b>	Professora	23 anos	Graduação em Pedagogia (03 – 07); Mestrado em Educação (09 – 11)
<b>PROFESSORA 03</b>	Professora	01 ano e 8 meses	Graduação em Psicologia (98 – 03); Mestrado em Educação (04 – 06); Doutorado em Educação (07 – 11)
<b>PROFESSORA 04</b>	Professora	14 anos	Graduação em Pedagogia (90 – 94); Mestrado em Psicologia Cognitiva (98 – 00); Doutorado em Psicologia Cognitiva (11 – 15)
<b>PROFESSORA 05</b>	Professora	12 anos	Graduação em Pedagogia (96 – 99); Mestrado em Sociologia (01 – 03); Doutorado em Educação (08 – 12)
<b>PROFESSORA 06</b>	Professora	11 anos	Graduação em Pedagogia (87 – 90); Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade (05 – 07); Doutorado em Linguística (12 – 15)

**Quadro 1** - Docentes participantes da pesquisa

**Fonte:** A autora, a partir de dados disponíveis nos questionários

De acordo com o Quadro 1, dentre as respondentes, seis tem formação em nível de doutorado e uma em nível de mestrado. No período em que foi aplicado o questionário, o tempo mínimo de experiência de ensino na Universidade foi de um ano e oito meses de uma das participantes. As demais tinham acima de oito anos de experiência. As formações das profissionais são variadas, uma possuindo a formação inicial em biologia, uma em psicologia e cinco em pedagogia, sendo todas pertencentes ao quadro de profissionais efetivos.

Em 2010, enquanto o piso salarial de um professor graduado de educação básica era R\$ 950,00 (BLOG DO JACSON, 2009) a média salarial de um professor com título de doutor era R\$ 7.000,00 (DOUTORES, 2010). Portanto, por serem professoras Universitárias, cria-se a ideia de que estas possuem “um bom salário”, mas a realidade não é condizente. Quando comparadas com outras profissões, encontramos professores universitários com nível de doutorado recebendo menos do que um graduado em outras profissões, tais como medicina ou outros da administração pública federal com, por exemplo, apenas graduação. Percebe-se isto na Tabela 1, do ano de 2012, que vemos abaixo.

<b>REMUNERAÇÃO DE PROFESSORES CONCURSADOS E OUTROS</b>		
<b>Cargo</b>	<b>Titulação</b>	<b>Remuneração</b>
<b>Procurador Federal</b>	Graduação	<b>R\$ 14.549,53</b>
<b>Técnico de Planejamento e Pesquisa IPEA</b>	Graduação	<b>R\$ 10.905,76</b>
<b>Agente de Polícia Federal</b>	Graduação	<b>R\$ 7.514,33</b>
<b>Policial Rodoviário Federal</b>	Graduação	<b>R\$ 5.782,11</b>
<b>Professor Adjunto I</b>	Doutorado	<b>R\$ 4.300,00</b>
<b>Professor Assistente I</b>	Mestrado	<b>R\$ 3.016,52</b>
<b>Professor Auxiliar I</b>	Graduação	<b>R\$ 2.130,33</b>

*Correções feitas conforme sugestões de Danda Gentil e Nestor Correia.*

*Todos os cargos para 40 horas semanais. Fonte: Edital Nº 1/2012 – DGP/DPF, de 14 de Março de 2012; Edital n.º 1/2009 – DPRF, de 12 de agosto de 2009; Edital Nº 1 - IPEA, de 8 de Setembro de 2008; Edital Nº 1 – PGF, de 18 de Janeiro de 2010; Tabela de Remuneração – Professor de 3º Grau - DRH - UFES*

**Tabela 1** – Remuneração de Professores concursados e outros  
**Fonte:** Carta Potiguar, 2012.

Percebe-se, com base no quadro, que os professores universitários no Brasil, mesmo com alto *status* de formação, são desvalorizados em termos de remuneração, uma vez que é exorbitante a diferença salarial entre professores universitários e profissionais de outras áreas. Percebe-se essa diferença também quando se comparam professores da área das Ciências Humanas com outras áreas como Saúde e Agrárias, devido a “Bolsas auxílio” para o incentivo à produtividade, dentre outras.

Com relação ao padrão econômico dos estudantes, constatamos que os graduandos em cursos das Ciências Humanas encontram-se dentre os percentuais de renda familiar mais baixos das universidades, sendo que os mais baixos desse



grupo são os graduandos de cursos de Pedagogia, como se constata no Quadro 2 a seguir.

CURSO	DIREITO	PEDAGOGIA
INSTITUIÇÃO	UEPB – CG	UEPB – CG
Até 1,5 salários mínimos (até R\$ 1.086,00).	5,2%	38,5%
De 1,5 a 03 salários mínimos (R\$ 1.086,01 a R\$ 2.172,00).	19,5%	40,8%
De 03 até 4,5 salários mínimos (R\$ 2.172,01 a R\$ 3.258,00).	17,8%	13,1%
De 4,5 até 06 salários mínimos (R\$ 3.258,01 a R\$ 4.344,00).	12,1%	4,6%
De 06 até 10 salários mínimos (R\$ 4.344,01 a 7.240,00).	21,3%	2,3%
De 10 até 30 salários mínimos (R\$ 7.240,01 a R\$21.720,00).	20,1%	0,8%
Acima de 30 salários mínimos (mais de R\$21.720,01).	4,0%	0,0%

**Quadro 2** – Renda familiar de estudantes da UEPB 2016

**Fonte:** A autora, a partir de dados disponíveis em [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br) (BRASIL, 2008; 2011; 2014)

A comparação das rendas familiares de graduandos dos cursos de Direito e Pedagogia nos dá uma dimensão da diferença econômica que marca os dois grupos. O Curso de Direito possui uma grande procura quando se trata de ingresso nas Instituições de Ensino Superior (IES), um dos motivos é que tal formação permite o alcance de um amplo mercado de trabalho e também de bons salários, como destaca-se na Tabela 1, na qual vemos que um Procurador Federal em processo de formação, recebe 2/3 a mais que o Professor doutor.

Segundo os dados encontrados no Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), coletados por ocasião do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), o número de famílias de estudantes do curso de pedagogia que recebem renda de no máximo três salários mínimo, fica acima de 70%. De acordo com o Quadro 3, o número de estudantes do curso de Pedagogia cuja renda familiar é igual ou superior a dez salários mínimos, chega a 1% no máximo, por outro lado, a renda familiar dos estudantes de direito passa dos 20%. Em âmbito nacional a renda das famílias de alunos de Pedagogia chega no máximo a 5%, ou seja, a maioria advém de famílias bastante pobres.

### **3 A RECONSTRUÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO PEDAGOGIA UEPB/CAMPUS I**

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) é o documento em que se deixam evidentes todas e quaisquer informações sobre o curso, a exemplo do perfil dos profissionais e dos cursistas; objetivos dos componentes curriculares, suas cargas horárias, infraestrutura do curso, assim como outros aspectos ao seu respeito.

Conforme Veiga (1996), o PPC pode reforçar o trabalho integrado e organizado da equipe, enaltecendo a sua função primordial de coordenar a ação educativa para que atinjam os seus objetivos. Como a ação educativa se modifica em virtude de aspectos políticos, econômicos, sociais, tecnológicos e culturais, o PPC deve adequar-se a essas modificações e para isto deve ser atualizado com determinada periodicidade. No caso do Brasil, a CONAE orienta que essa atualização ocorra a cada cinco anos após sua aprovação. Em atendimento a essa orientação e outras necessidades locais, foi nomeado no curso de Pedagogia da UEPB/campus I, o NDE, que passou a coordenar as seguintes ações:

- a) Atuar no processo de concepção, implementação e desenvolvimento permanente dos Projetos Pedagógicos de Curso – PPC;
- b) Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- c) Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso e demais marcos regulatórios;
- d) Zelar pela integração interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes nos Componentes da Estrutura Curricular;
- e) Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do campo profissional;
- f) Coordenar o processo de autoavaliação do curso e apresentar ao Colegiado a proposta de Plano de Desenvolvimento de Curso - PDC;
- g) Apresentação de relatos de atividades anuais ao Colegiado do Curso (UEPB, 2013).

Por ocasião da pesquisa, as participantes foram questionadas sobre a importância do PPC e sua reconstrução. As respondentes foram unânimes em confirmar a importância de ambos, alegando que o PPC não é um documento definitivo, que é necessário repensar as necessidades do curso que vão se modificando com o passar do tempo e as mudanças da sociedade. Quanto à sua reconstrução, apresentaram as seguintes respostas:

SUJEITO	RELATOS DAS PROFISSIONAIS
<b>COORDENADORA PROGRAD</b>	Um PPC não é um documento definitivo e eterno. Ele deve ser periodicamente revisto e re(olhado) para dar conta da dinâmica das mudanças socioeconômicas e científico-tecnológicas.
<b>REPRESENTANTE NDE</b>	Não respondeu
<b>PROFESSORA 01</b>	A importância de sua reconstrução está na possibilidade de: Avaliar o que fora proposto e concretizado anteriormente, analisando as consequências; Promover reflexão sobre as novas necessidades do Curso; Tomar decisões acerca das modificações necessárias.
<b>PROFESSORA 02</b>	A reconstrução se faz necessária, pois, a sociedade está em constante transformação, fazendo com que os profissionais, de todas as áreas, repensem seus papéis e funções em meio a tantas mudanças. Dessa forma, exige que a educação acompanhe as mudanças que acontecem cotidianamente, seja através do seu currículo, das metodologias de ensino ou das avaliações que serão realizadas.
<b>PROFESSORA 03</b>	É de suma importância porque deve destacar a contribuição social e científica da formação acadêmica e profissional do curso ao qual é determinado.
<b>PROFESSORA 04</b>	Não respondeu
<b>PROFESSORA 05</b>	Por ser dinâmico seu processo de construção e implementação, torna-se imprescindível concebê-lo em constante reconstrução, haja vista o movimento das transformações sociais e culturais, e a dinâmica dos processos de apreensão e construção do conhecimento pelos sujeitos envolvidos.

**Quadro 3** – Importância da reconstrução do projeto pedagógico do curso (ppc)

**Fonte:** A autora, a partir de dados disponíveis nos questionários

As respostas ratificam que o PPC deve ser reconstruído periodicamente, tanto para atender demandas internas e operacionais do curso quanto as demandas externas, do âmbito da sociedade. A reconstrução do PPC é de fundamental importância, pois como afirma Libâneo (2001, p. 41), “o Projeto Político Pedagógico deve ser compreendido como instrumento e processo de organização da escola, tendo em conta as características do instituído e do instituinte” porque este é a concretização da identidade do curso e garante um ensino de qualidade. Por isso, necessita da participação ativa dos coordenadores do curso, dos representantes do NDE, do corpo docente, dos representantes do departamento e do corpo estudantil, pois são eles que compõem o curso, podendo e devendo contribuir para que ele atinja seu objetivo de qualidade, participação democrática e atendimento às demandas da sociedade.

Dando continuidade ao questionário, perguntamos a respeito da concepção que tinham de democracia em educação, cujas respostas estão apresentadas a seguir:

1 - A democracia é um sistema em que todos os cidadãos, a despeito de suas diferenças, têm o direito de escolher seus representantes. Os cidadãos têm o direito de decidir sobre quem tomará decisões em seu nome, ou seja, quem os representa dentro do grupo que faz a gestão do que é coletivo. A democracia é o Poder da Maioria (Coordenadora Prograd).

2 - Forma de governança exercida com o povo, ou pela escolha do povo, representando os seus interesses (Representante NDE).

3 - Um modo de relação entre as pessoas, que garante a liberdade de exposição de diferentes pontos de vista e de discussão, a fim de se chegar a consensos (Professora 1).

4 - Democracia significa ter deveres a cumprir e, conseqüentemente, a garantia de que os direitos serão respeitados na mesma proporcionalidade. Além disso, significa a mudança de postura quando algo não dá certo, a liberdade de opinião, desde que não agrida o outro e, sobretudo, a convivência e aceitação da diversidade (Professora 2).

5 - Garantia dos direitos civis, cumprimento das obrigações e liberdade de expressão, sem que esta não seja utilizada como mecanismo ofensivo aos demais integrantes do grupo social do qual se participa (Professora 3).

6 - Este é um termo polissêmico e, portanto, a este são dispensados significações diversas. Pode-se significá-lo como igualdade de direitos e oportunidades, direito de ouvir e ser ouvido, construção de subjetividades combativas. Há ainda que se considerar as influências dos grupos que defendem tal termo, uma vez que ainda que possam apresentar os mesmos significantes, estes são encarnados de significados, por vezes, divergentes (Professora 4). (SALVINO; MACEDO; 2016)

Inferimos que a resposta 1 e 2, ambas respectivamente da Coordenadora PROGRAD e Representante NDE, têm como foco a democracia como sistema de representação, cuja meta é a vontade da maioria expressada pela vontade de representantes, sendo expressa

Pela democracia representativa, o cidadão se encontra numa espécie de polo passivo do poder público, ou seja, seu poder se limita ao voto. Assim possuía permissão de escolher um representante que, se eleito por maioria dos votos, tomará as decisões políticas em consonância com sua vontade. E, essa escolha passa a obrigar a todos os demais, inclusive os que tinham opiniões divergentes, que não escolheram o representante eleito. (LEITE, 2018)

A resposta três da Professora um enfatiza a democracia como “relação entre as pessoas, liberdade de expressão e discussão, com vistas a se construir consensos”. Nesta perspectiva, Leite (2018) assevera que não há forma correta de

caracterizar a democracia, entretanto, a democracia vista com qualquer que seja seus significados traz como essência a igualdade e a liberdade.

As respostas quatro e cinco, das Professoras dois e três, enfatizam a democracia como garantia de direitos, liberdade de opinião e respeito à diversidade. Nesse sentido,

estas questões vêm à tona quando falamos de diversidade como sinônimo de diferença. O ponto crucial do debate sobre diversidade é a percepção, a reflexão e a atuação sobre os mecanismos sociais que transformam as diferenças em desigualdade, a ponto de apagar a realidade da igualdade na diferença (A DIVERSIDADE COMO VALOR EM UMA SOCIEDADE INCLUSIVA, 2018, p. 1).

A resposta seis da Professora quatro, chama atenção para o fato de que a democracia depende da construção de subjetividades combativas, já que “esta subjetividade, ou vivência pessoal do objetivo, se for conscientizada e transformada em projeto pelo sujeito, é que torna possível a *práxis*, capaz de gerar uma nova situação objetiva” (MOGILKA, 2006, p. 208). A Professora defende também, que o significante democracia pode apresentar significados diferentes e até divergentes, conforme os sujeitos e as contingências. Além disso,

é essencial que se permita o dissenso, ou seja, a existência de opiniões diferentes e plurais. E, para fins de fortalecimento do próprio sistema democrático, é imprescindível que todos os grupos e pessoas tenham coragem de se exporem a opiniões diversas, ou seja, é essencial a prática da tolerância, entendendo-se que opiniões divergentes devem ter o seu espaço de existência (MÁRIO, 2016, p. 1)

Na sequência, questionou-se às professoras se o processo de reconstrução do PPC de Pedagogia ocorreu de forma democrática. Das seis respostas, cinco afirmaram que foi democrático, enquanto uma afirmou que o processo não foi democrático e uma afirmou que não podia julgar, pois não estava participando do processo. Vejamos as respostas das participantes no Quadro 4 a seguir:

SUJEITO	<b>A RECONSTRUÇÃO DO PPC DE PEDAGOGIA/CAMPUS I É CARACTERIZADO COMO PROCESSO DEMOCRÁTICO E POR QUÊ?</b>
<b>COORDENADORA PROGRAD</b>	Não consigo julgar o processo de elaboração e revisão do PPC do Curso de Pedagogia no sentido de dizer se ele é ou não é democrático. Eu não estou vivenciando esse processo como membro da comunidade propriamente dita, mas sim como observadora externa, responsável por definir um processo mais geral para a universidade como um todo. Os princípios, valores e estratégias do processo de reestruturação de todos os PPCs da IES estão descritos nos documentos que foram socializados com a comunidade acadêmica e anexados a este e-mail. Esses documentos são de acesso público, tendo sido divulgados para toda comunidade pelo site da UEPB.
<b>REPRESENTANTE NDE</b>	Por determinação da Pró-reitoria de Graduação, coube ao Núcleo Docente Estruturante do Curso de Pedagogia a condução do processo de elaboração do PPC, em articulação com a coordenação do curso, com a chefia do departamento e com os docentes. Entendo que a reconstrução do PPC de Pedagogia vem se caracterizando como um processo democrático.
<b>PROFESSORA 01</b>	É democrático: as pessoas que se dispuseram a coordenar o processo tiveram a aprovação de seus nomes em assembleia departamental; foi lançado edital para escolha de novos membros; foi disponibilizado a todos os que compõem o Curso de Pedagogia um questionário de avaliação do curso;
<b>PROFESSORA 02</b>	Sim, porque todos os membros envolvidos no processo foram convidados a participar e levar seus desejos, sucessos e anseios para a reconstrução, embora nem todos os docentes atuem no Curso de Pedagogia e, por isso, não possam ter uma visão mais aprofundada sobre o perfil do curso, os estudantes, as dificuldades que enfrenta, os desafios e avanços obtidos ao longo do tempo.
<b>PROFESSORA 03</b>	É democrático. Departamento vem garantido espaços para discussão coletiva presencial; os grupos de trabalhos composto por professores vem dando andamento a reuniões focais por área de conhecimento a fim de deliberar e encaminhar propostas para discussão coletiva. Há comunicação por email que tem auxiliado muito.
<b>PROFESSORA 04</b>	Não se pode considerar que este esteja acontecendo de forma democrática; Creio que esta fosse a pretensão de todos. Mas, estava equivocada. Creio que este venha se configurando como o constructo de um membro do departamento que esta sendo apreciada pelos demais; a sistematização de tal documento deveria ser uma atribuição do NDE, mas não está sendo. Acredito que não por incompetência do grupo, mas, pela comodidade de ter um externo fazendo o serviço e a sua competência, portanto, é apenas endosar o que lhe é apresentado. Isto é feito às claras, sem maiores subterfúgios.
<b>PROFESSORA 05</b>	Sim. Pois os princípios democráticos, de participação, no que concerne a exposição de opiniões/sugestões, e de colaboração, para a construção do PPC de Pedagogia, parecem respeitados.

**Quadro 4** – Significados de democracia na percepção de professoras

**Fonte:** A autora, a partir de dados disponíveis nos questionários

Podemos inferir que, quando as participantes declaram que é um processo democrático, referem-se às discussões coletivas presenciais ocorridas em reuniões/assembleias, nas quais foram tomadas a maioria das decisões. Todavia, como assistimos a essas reuniões/assembleias, constatamos que o Departamento de Educação contava com quarenta e cinco professores e, em média, apenas quinze participavam, caracterizando um número bastante reduzido. Além disso, as participantes desconsideraram que o curso contava, à época, com seis alunos, que

foram motivados a participar do processo no início, que participaram de palestras e da autoavaliação, mas não participaram dessas reuniões/assembleias nas quais foram tomadas as decisões, tais como retirar disciplinas; incluir disciplinas, aumentar a carga horária, dentre outras.

Como afirmou a Professora quatro, os principais encaminhamentos acerca do Projeto do Curso, que cabiam ao NDE, foram realizados por outra pessoa, que pelo que observamos nas reuniões/assembleias, foi a coordenadora adjunta do Departamento de Educação. Outro aspecto a ser considerado é que o curso de Pedagogia não possuía Centro Acadêmico (CA), desta forma, não possuía representantes que participassem como representantes de todos os discentes. Isto também tornou os alunos mais dispersos e distantes dos acontecimentos no curso. Algumas salas também não possuíam representantes de turma, que substituíssem o CA.

Em outra abordagem, questionou-se quem eram os responsáveis por promover as mudanças no currículo de Pedagogia. A Coordenadora da PROGRAD respondeu: “Eles devem consultar a comunidade acadêmica, tanto alunos, quanto técnicos e docentes para fazerem as propostas de mudanças”. Porém, não foi desta forma que aconteceu.

Sobre os aspectos que deveriam ser modificados no currículo de Pedagogia, surgiu a preocupação por parte da Professora quatro, com relação ao perfil dos alunos do curso.

Relatou a Professora quatro: “É impossível formar um sujeito com tantos requisitos; a quantidade e disposição dos componentes didáticos inviabiliza isto; a forma de organização do tempo, do ensino, da pesquisa, da extensão, das avaliações, que, aparentemente, não funcionam conforme o disposto no PPC e mesmo no regimento da universidade”. A Professora quatro critica o excesso de demandas apresentadas à formação docente.

Como explica Alves (2016), essa racionalidade assemelha-se ao “espírito de engenheiro”, o que corresponde a um modo de construção do conhecimento marcado pela preocupação com a medida, com a formalização e com o cálculo, mas também voltado à ação. Ademais, nem todos os docentes atuavam no Curso de Pedagogia e, por isso, não tinham uma visão mais aprofundada sobre o perfil de estudante proposto para o curso; as dificuldades que enfrentavam; os desafios e avanços obtidos ao longo do tempo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a pesquisa, constatamos que o processo de reconstrução do Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia foi encerrado quando o NDE enviou à PROGRAD a versão final do PPC em julho de 2016, após sua aprovação pelas professoras, em assembleia departamental, sem a presença de nenhum estudante.

Houve as modificações necessárias para que se enquadrasse nas normas dos órgãos responsáveis pela aprovação do documento. Então, a respeito do processo de reconstrução do PPC e do questionamento acerca de sua ocorrência de forma democrática, utilizo a afirmação da Professora quatro, quando declara que pode ter havido intenção para isto, porém o percurso revela que isto não se concretizou a contento, ou seja, houve uma participação de um pequeno número de professores, mas que excluiu os estudantes que são a maioria dos membros da comunidade.

Lembrando que no ano de 2014 e no primeiro semestre de 2015, a equipe do NDE efetuou atividades que pareciam inserir os alunos, a exemplo do Projeto para auto avaliação do curso, demonstrando um maior relacionamento entre os docentes e discentes acerca dos problemas do curso, bem como de seus êxitos.

Os alunos não foram convidados para participar de tais ações, sendo deixados de lado nas decisões importantes como a retirada de três disciplinas e a criação de nove, o que não foi discutido com os estudantes, a quem mais interessava tais decisões.

Foi observado, então, que os docentes consideraram o processo democrático, mesmo havendo a exclusão dos estudantes em decisões importantes, que lhes afetaram diretamente.

Durante as aulas, os alunos costumavam fazer reclamações a respeito de não terem tido “voz ou vez” no processo de reconstrução do projeto, afirmando que apenas participaram da primeira etapa com o processo de auto avaliação. Entendemos que, a partir de tais problemáticas, o NDE deveria ter adotado estratégias para que os estudantes participassem também das assembleias para tomada de decisões.

Por outro lado, constatamos que os alunos não reivindicaram tal participação, embora ela fosse fundamental para se tentar melhorar as condições de estudo de alunos e alunas que são “donos(as) de casa”; de alunos que trabalham; de alunos



que residem fora da cidade de Campina Grande/PB e que passam horas no percurso para chegar à UEPB e, por isso, dispõem de menos tempo para se dedicar ao curso.

#### ABSTRACT

This paper aims to do an evaluation of speeches, done by docents, regarding to democracy issues, on the process of reconstructing the Pedagogical Course Project (PPC) of pedagogy of Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/campus I) located on Campina Grande-PB. Consists on a case study, the method used was to apply a semistructured quiz and then doing an documental gathering and analysis. The analysis done refer to MARQUES (2005) and CASTELLS (1942) theoretical studies, which address to democracy on the process of reconstruction. To conclude, docents says points to a democratic processes involving PPC reconstruction, although there were no inclusive strategy to include the docents on this process.

**Key words:** Democracy. Docents. Speech. Pedagogical Course Project.

## REFERÊNCIA

**A DIVERSIDADE COMO VALOR EM UMA SOCIEDADE INCLUSIVA.** Disponível em: [http://sorri.com.br/diversidade\\_como\\_valor](http://sorri.com.br/diversidade_como_valor). Acesso em: 11/06/2018

ALVES, W. F. **Avaliar e gerir.** Revista Brasileira de Educação, v. 21 n. 64 jan./mar. 2016.

BLOG DO JACSON. **Piso Salarial Profissional Nacional** – Lei nº 11.738 de 16/7/2008. Disponível em: <https://profjacmar.wordpress.com/2009/04/21/piso-salarial-profissional-nacional-%e2%80%93-lei-n%C2%BA-11-738-de-1672008/>. Acesso em 27/05/2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 1, 15 maio 2006. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.** Brasília: MEC/CNE. 2006

\_\_\_\_\_. Ministério de Educação. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes.** Brasília: MEC/INEP, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério de Educação. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes.** Brasília: MEC/INEP, 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério de Educação. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes.** Brasília: MEC/INEP, 2014

CARTA POTIGUAR. **GREVE DA UFRN: Salário de professor universitário comparado às demais carreiras de estado.**  
<<http://www.cartapotiguar.com.br/2012/06/09/greve-da-ufrn-salario-de-professor-universitario-comparado-as-demais-carreiras-de-estado/>> Visualizado em 23 de setembro de 2016. Às 18:24h.

CASTELLS, M. **O poder da identidade.** São Paulo: Editora paz e terra S/A, 1942, p. 370.

GASPARETTO JÚNIOR, A. **Socialismo democrático**. 2011. Disponível em: <http://www.infoescola.com/sociologia/socialismo-democratico>. Acesso em: 10 mar. 2016.

LEITE, G. **Democracia e regra da maioria**. Disponível em: <https://professoragiseleite.jusbrasil.com.br/artigos/124681864/democracia-e-regra-da-maioria>. Acesso em: 08/06/2018.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 4 ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

LOURO, G. L. Mulheres na Sala de Aula. PRIORI, Mary Del (org); BASSANEZE, Carla. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997

MANENT, P. **História Intelectual do Liberalismo – Dez Lições**. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1990.

MARIO, F. **Democracia: Dissenso, tolerância, diálogo e consenso**. Disponível em: <http://www.armador.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2016/03/fm.jpg>. Acesso em: 10/06/2018

MARQUES, L. R. **A descentralização da gestão escolar e a formação de uma cultura democrática nas escolas públicas**. Recife: O autor, 2005.

MOGILKA, M. **No Campo da Subjetividade**. Pró-Posições - UNICAMP: Campinas, n. 49, p. 197-215. 2006

OLIVEIRA, F. de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, F. de; PAOLI, M. C. (Org.). **Os sentidos da democracia: Políticas do dissenso e hegemonia global**. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 2001. (p. 55 à 81).

SALVINO, F. P; MACEDO, L. C. de. **O avanço do conservadorismo nas políticas curriculares**. Revista Teias, v. 17 • v. 17 • n. 47 (Out.-Dez., 2016).

SALVINO, F. P. **O currículo de Pedagogia como campo de participação: reflexões a partir da reconstrução do Projeto Pedagógico de Curso**. Revista Inclusão Científica - REIN, Campina Grande, PB, v1.01, n.01, julho/dezembro-2017, p.37-50.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA-UEPB. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia**. Campina Grande, PB: UEPB. 2009.

\_\_\_\_\_. **Projeto Político Pedagógico do curso de Pedagogia**. Campina Grande, PB: UEPB. 2016.

\_\_\_\_\_. **RESOLUÇÃO/UEPB/CONSEPE/027/2013**. Campina Grande, PB: UEPB, 2013.

VEIGA, I. P. A. (org). **Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível**. Campinas: Papyrus, 1995.

XIMENES, S. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2011.